

A Revolução de Jasmim entre rupturas e continuidades

Larissa Docal Spina

Shiro Takeuti

Resumo

Este artigo reflete sobre processos de ruptura e continuidade a partir da Revolução de Jasmim – as movimentações tunisianas da Primavera Árabe. Analisamos a relação entre a autoimolação de Mohamed Bouazizi após conflitos com a guarda tunisiana e sua imagem, seguida de uma seção de narrativas apresentadas pelo jornal britânico The Guardian, pensando as representações do episódio e de seus efeitos na mídia Ocidental e considerando as relações Oriente/Ocidente. Por fim, investigamos o contexto sociopolítico a fim de pensar o contexto colonial, a construção das identidades de colonizador e colonizado e os limites que colocam às mudanças. Aponta-se para rupturas na esfera simbólica, como a mudança do regime político, e continuidades no campo econômico, dada a dependência da Tunísia de investimentos estrangeiros e a continuidade da pobreza e desemprego, sobretudo de jovens universitários e moradores de cidades pequenas.

Palavras-chave: relações coloniais; discurso jornalístico; Tunísia; Primavera Árabe; Revolução de Jasmim.

1 Introdução

A Primavera Árabe foi um conjunto de protestos ocorridos no denominado Mundo Árabe que culminou na derrubada dos governos ditatoriais então vigentes no local. Para além desta consequência prática, as rebeliões eram formadas por diferentes perspectivas e uma complexa disputa de narrativas. Se em comum há a insatisfação com o governo e revolta com as condições socioeconômicas, os protestos estão longe de representar um todo homogêneo. Por

isso, a partir das imagens de Mohamed Bouazizi em chamas, a fagulha da revolução, busca-se, neste artigo, as diferentes narrativas e perspectivas apresentadas.

Figura 1. Memorial a Mohamed Bouazizi



Fonte: Bobin (2019)

As principais fontes para tal são matérias do jornal britânico *The Guardian*, escolhido por conta de sua perspectiva Ocidental, do velho continente, compreender uma ampla produção de artigos sobre a Tunísia, e estar em um idioma acessível aos pesquisadores. A partir disso, foi estabelecido um recorte que contempla matérias jornalísticas de diversos momentos da última década (2010–2021), de modo que se observam as construções utilizadas nas descrições de Bouazizi e outros indivíduos e no reportar das notícias.

Para contemplar este objetivo, o presente artigo foi organizado em seções para melhor construir o argumento. Primeiramente, uma análise da relação entre corpo e imagem será feita, considerando a autoimolação de Bouazizi. Em segundo lugar, uma seção dedicada às reportagens do *The Guardian* explorará as narrativas presentes, introduzindo alguns questionamentos. Por fim, uma análise do contexto sociopolítico possibilita refletir sobre processos de ruptura e continuidade, considerando em particular a Revolução de Jasmim, isto é, a Primavera Árabe na Tunísia. Assim, pensa-se no papel das mudanças políticas, além do passado colonial mais amplo, na construção da identidade colonizadora e colonizada na apresentação das narrativas jornalísticas.

2 Corpo e imagem

Existem disputas narrativas acerca do que aconteceu com Mohamed Bouazizi, que serão aprofundadas no próximo tópico deste artigo. Porém, em um primeiro momento, a história chega às massas da seguinte forma: Mohamed era tunisiano e tinha 26 anos quando, em 2010, segundo a versão oficial dos fatos, ateou fogo ao próprio corpo. Isto teria se dado porque a guarda tunisiana teria confiscado suas mercadorias — era feirante — e o Estado falhado em lhe responder a demanda de reavê-las. Mais um desacato, sua suposta recusa em entregar sua balança conforme ordenado, e uma guarda o teria estapeado o rosto, uma ofensa gravíssima aos olhos tunisianos, sobretudo por ter vindo de uma mulher. Com 90% do corpo queimado, Bouazizi foi levado para o hospital, mas morreu pouco depois. O incidente levou a ondas de manifestações na Tunísia, que foram o princípio da Primavera Árabe.

O corpo, neste caso em chamas, adquire expressão significativa e centralidade nos acontecimentos políticos que desencadeia, na medida em que se coloca em desafio a uma lógica dominante, uma faísca de insubordinação ao governo ditatorial. Achille Mbembe (2018) apresenta o conceito da lógica do mártir o qual, em composição com a lógica de sobrevivência, pode ser mobilizado para compreender a violência presente em contextos coloniais e pós-coloniais. Este é o caso da Tunísia, protetorado francês de 1881 a 1956, e dos demais países afetados pela autoimolação de Bouazizi.

De acordo com Mbembe (2018), a lógica da sobrevivência é intrinsecamente baseada no terror e no medo, e consiste naquele que “tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo” (p. 142). Isto é, o indivíduo em condições brutais de violência encontra, na aniquilação do outro, de seu inimigo, a sobrevivência em seu grau mais baixo, que é matar. O tornar-se sujeito está em sobreviver a outrem, ou nas palavras do próprio autor: “o horror experimentado sob a visão da morte se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro. É a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único” (MBEMBE, 2018, p. 142).

Por outro lado, a lógica do mártir não consiste em viver mais que o inimigo, mas na aniquilação deste junto à própria. É, ao mesmo tempo, um ato de homicídio e suicídio: “a vontade de morrer se funde à vontade de eliminar o outro” (ibidem, p. 143). Do mesmo modo que a primeira lógica apresentada, morte e terror são o coração do ato, mas nesta segunda o corpo se torna a extensão da arma, uma máscara para a fatalidade desta. O autor desenvolve tais conceitos pensando no “homem-bomba”, típico estereótipo árabe. Entretanto, é possível utilizar a lógica do mártir de maneira similar para analisar a autoflagelação de Bouazizi, se considerarmos como verdadeira a hipótese de que tal ato tenha sido proposital, e

não acidental, como proposto por testemunhas entrevistadas pelo The Guardian, como veremos adiante.

Apesar de não implicar na morte direta de ninguém além de si mesmo, sua ação causou as manifestações contra aquilo que o indignava, as quais se espalharam não só pelo seu país, mas também por outros pontos do Oriente Médio, e provocaram a derrubada de governos ditatoriais. O corpo é a própria arma, a ferramenta usada pelo feirante para manifestar seu descontentamento com suas condições.

A morte de Bouazizi também é, simbolicamente, como este encontra liberdade. Segundo Mbembe (2018), a partir da perspectiva da escravização e ocupação colonial, morte e liberdade estão intrinsecamente ligadas, uma vez que a morte é redenção, libertação do terror e da sujeição, é um ato político, neste caso, que proclama um posicionamento. Como coloca o próprio autor, o “ser para a morte” é condição decisiva de toda morte verdadeira; ou seja, “se é livre para viver a própria vida quando se é livre para viver a própria morte” (MBEMBE, 2018, p. 144).

O corpo é também sujeito e objeto de pensamento, assim como sua imagem. Não apenas a notícia, mas a fotografia da autoflagelação de Bouazizi circulou pelo Mundo Árabe, tornando-se o estopim da Primavera. No caso egípcio, embora a Tunísia tenha sido uma fonte de inspiração para as manifestações nas ruas, sua origem remete à morte de Khaled Said em 2010, espancado por policiais que o acusavam de ter “registrado e postado um vídeo em que estes eram vistos negociando os dividendos de uma apreensão de drogas” (SILVA, 2012, p. 36). O impacto da comunicação digital foi percebido pelo governo do Egito, que cortou os serviços de internet durante a crise no país e obrigou as operadoras de telefonia a enviarem mensagens de apoio ao então presidente Hosni Mubarak (SILVA, 2012).

Segundo Tarcisio Torres Silva (2012), a cultura audiovisual na sociedade contemporânea não deve ser de maneira alguma desprezada; pelo contrário. A observação do tratamento de tais conteúdos, tanto por seus autores quanto pela audiência, deve ocorrer a fim de se descobrir o valor simbólico que carregam e o impacto que geram. Para o autor, a produção e recepção das imagens digitais são capazes de rearranjar um sistema social estabelecido. Isto porque “não é apenas o olho que produz e consome essas imagens, é o corpo todo que está imerso na experiência de recepção. A mão carrega a câmera, o corpo dribla obstáculos, se arrisca em ações performáticas em busca da melhor posição” (SILVA, 2012, p. 37). Ademais, a audição e o tato também são atingidos: a primeira, de forma óbvia, pelo som do conteúdo audiovisual; e a segunda pelo contato da mão com o dispositivo móvel, como um celular. Desta forma, os indivíduos são estimulados a se engajarem no conflito; no caso, as manifestações da Primavera

Árabe pela derrubada dos governos ditatoriais que limitavam as oportunidades de vida de suas populações.

Entretanto, não são apenas os sentidos físicos que são atingidos pelos conteúdos audiovisuais. A democratização da produção artística — pois Silva (2012) considera todo conteúdo visual, audiovisual ou literário uma arte — ocorrida ao longo da história, com a diminuição da cobrança por técnicas ou conteúdos específicos, amplia o espaço de luta política na medida em que a arte se torna um campo democrático de expressão. Os estímulos gerados aos sentidos físicos criam uma sensação psicossocial de importância e mobilização, além disto, uma sensação de urgência; o constante testemunho dos fatos e vigilância engajada, na forma de audiência das postagens das mídias digitais, geram uma necessidade permanente de participação.

De mais a mais, toda informação compartilhada está vinculada a um perfil, uma construção virtual da identidade de um indivíduo. Desta forma, necessariamente passa pelos filtros de julgamento prático, útil e estético de quem a posta. O autor argumenta também que o contato entre o sujeito e um objeto estético possui um imediatismo que desarticula seus regimes de valor e interpretações racionais. Assim, há uma certa liberdade nesta relação: desarticuladas as regulações impostas sobre os sujeitos em um regime ditatorial, a ação e as interpretações que fogem do racional são possíveis, e as pessoas possuem mais um estímulo para se engajar na luta política, na Revolução.

3 The Guardian: a Revolução de Jasmim na mídia Ocidental

Nesta seção, pretendemos pensar sobre aspectos econômicos, políticos e sociais do contexto da Primavera Árabe foram retratados pela imprensa Ocidental, aqui representada pelo jornal britânico The Guardian. É importante ressaltar que não nos cabe ponderar sobre os impactos das mídias nas revoluções árabes. Nota-se que há dois momentos de maior publicação pelo The Guardian de matérias sobre a Revolução de Jasmim: logo que terminou, ainda em 2011, e entre 2020 e 2021, quando completou dez anos. A única exceção que encontramos em nosso levantamento, que conta com 12 artigos ao todo, é um artigo de opinião de autoria de Sami Brahem, apresentado pelo portal como autor e professor universitário tunisiano atuante nas áreas de Linguísticas e civilização árabe, além de ativista pelos direitos humanos e consultor do comitê econômico e social das Nações Unidas, com foco na Ásia Ocidental; entretanto, ele não voltou a ser publicado pelo jornal.

De modo a refletirmos sobre as publicações do The Guardian, tomaremos como referencial teórico Marcia Benetti Machado e Nilda Jacks (2001). As autoras apontam que a “informação

jornalística é o dado, o fato, a declaração, o fenômeno apreendido em sua singularidade” (MACHADO; JACKS, 2001, p. 1). A ideia de imparcialidade é importante, porque é ela que dá credibilidade ao trabalho jornalístico. Contudo, a mídia não é isolada do mundo social, pelo contrário: tanto produz quanto é produzida por ele. Todo discurso parte, segundo as autoras, de uma perspectiva de enunciação. Perspectivas de enunciação diferentes podem ser expressas pelo mesmo locutor, assim como diferentes locutores podem ter uma perspectiva em comum. “Os enunciadores são, em última instância, a manifestação de pontos de vista a partir dos quais o sujeito reconhece o que pode e deve ser dito por meio das formações ideológicas, reconhece e constrói as formações discursivas” (MACHADO; JACKS, 2001, p. 8).

As matérias produzidas pelo The Guardian aqui apresentadas expõem diferentes perspectivas de enunciação sobre os acontecimentos na Tunísia entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011; além de suas reverberações até outubro de 2021, quando foi realizado o levantamento. Nosso foco se encontra em cinco artigos publicados entre janeiro de 2011 e janeiro de 2021. Destacamos aqui dois pontos específicos retratados: as relações entre Ocidente — representado sobretudo pela França e pelos Estados Unidos — e Oriente, principalmente no que diz respeito à construção de um regime democrático e à construção de figuras de mártires, com destaque a Mohamed Bouazizi.

No dia 15 de janeiro de 2011, o jornal noticiou a saída de Ben Ali da Tunísia após sua renúncia à presidência com destino à Arábia Saudita, que o acolheu como refugiado. Na matéria, o Ocidente, representado pela França, teria negado exílio ao ex-ditador e, na figura dos Estados Unidos, parabeniza os movimentos tunisianos no que toca à luta pela democracia. Cabe também mencionar que o vazamento de documentos pelo WikiLeaks, administrado por um australiano, é colocado como um importante combustível para as revoltas. Em 17 de fevereiro de 2013, cerca de dois anos depois, foi publicado o artigo de opinião de Brahem. O título do artigo pode ser traduzido como “Deixe a Tunísia construir uma democracia, livre de interferência francesa” e apresenta uma perspectiva de enunciação diferente da matéria anterior, chamada “Zine al-Abidine Ben Ali forçado a deixar a Tunísia enquanto manifestantes clamam vitória” (tradução nossa). O pedido de Brahem, expresso no título, se deu durante o processo da Constituinte, que durou de 2011 a 2013, e teve seu fim com a adoção de uma nova Constituição pelo país no início de 2014. As intervenções francesas mencionadas pelo autor se referem às repressões contra os protestos pela derrubada de Ben Ali em 2011 e, anos depois, ao descrédito à política pós-revolucionária. Nas falas de oficiais do governo francês, são apresentados discursos em prol de secularistas e modernistas, contra islâmicos supostamente obscurantistas, e, portanto, incapazes de (re)criar suas próprias instituições. Há também uma cobrança da França para que a Tunísia defina logo e de uma vez

qual política será adotada. Observamos aqui que as relações entre França e Tunísia, anteriormente metrópole e colônia, ainda aparecem como estreitas: não há algo dessa magnitude que os tunisianos possam fazer sem que os franceses tomem uma atitude sobre; tampouco é em qualquer ocasião que a ex-metrópole apoiará sua ex-colônia: ela nega refúgio ao seu ditador deposto, mas seu apoio à construção de uma democracia parece condicionado a um tipo de sistema político, uma democracia de moldes semelhantes aos Ocidentais, de forma urgente e mais ou menos definitiva.

Outro eixo apontado nas matérias é o que diz respeito à construção de figuras de mártires da Revolução de Jasmim, especialmente Bouazizi, por ter sido, segundo algumas leituras, o estopim da Primavera Árabe, como colocado previamente. Desde pelo menos 15 de maio de 2011, foi apontada a disputa narrativa sobre a legitimidade de Bouazizi como mártir e exemplo da situação tunisiana para a legitimação da própria Revolução. Na data mencionada, o *The Guardian* publicou a matéria “O tapa que provocou a revolução” (tradução nossa). Há nela dois movimentos. O primeiro é de contar sobre o suposto tapa que Bouazizi levou de uma guarda do governo momentos antes de sua autoimolação da perspectiva da guarda acusada de tal ato, Fedia Hamdi, e suas consequências; o segundo é de ponderar sobre os resultados da Revolução tunisiana. A construção da matéria entrelaça inicialmente dois pontos: a primeira hipótese é de que a família de Bouazizi se beneficiou da morte de Mohamed, em alguma medida, injustamente, dado que sua mãe e irmã apresentavam dificuldades em falar da vida familiar e pareciam ter falas decoradas. A segunda é construída pela entrevista de Hamdi e de sua família sobre as alegações de agressão física a Bouazizi, o que negam enfaticamente e veem como uma injustiça, embora Hamdi aceite como parte de seu destino e contribuição para a Revolução.

A legitimidade de Bouazizi como mártir e, desta forma, da própria Revolução é, colocada o tempo todo em xeque, a partir das possibilidades de não ter de fato levado o tapa da guarda, de ter se incendiado acidentalmente, de sua família sequer se lembrar dele com detalhes e ainda assim lucrar com sua morte. Quase dez anos depois, em 16 de dezembro de 2020, o jornal publicou outra matéria discutindo os resultados da Revolução com um tom semelhante ao desfecho da anterior: ganhou-se liberdade de expressão, mas isso não significa muito diante das condições econômicas, que não se alteraram.

Nesse sentido, pode-se pensar se isso não se deve a uma limitação dos sistemas econômicos e políticos vigentes não apenas no país, mas também em seus parceiros políticos e comerciais. Larry Diamond (2012) aponta que o interesse Ocidental no mundo árabe é sobretudo pela sua riqueza em petróleo. O próprio *The Guardian* aponta que não há quase investimentos estrangeiros na Tunísia porque o Ocidente, que tanto apoiou a virada democrática do país,

prefere investir em locais com maior estabilidade política e menor demanda por direitos. Assim, as matérias jornalísticas do decênio da Primavera Árabe refletem uma agravada vulnerabilidade econômica, especialmente no interior do país, fora dos centros econômicos, o que significa que as mudanças no regime político não se traduziram em melhores condições de vida para grande parte da população.

Há, ainda, neste último ciclo de notícias, mudanças na perspectiva do papel de Bouazizi: sua legitimidade como mártir não é posta em xeque; é quase como se fosse atribuída a ele a culpa pela falta de mudanças no campo econômico. O próprio título “Ele nos ruiu” (tradução nossa) — vindo de uma fala de uma habitante de Sidi Bouzid, a cidade da família Bouazizi — deixa clara essa atribuição. A cidade, segundo outros moradores, assim como o restante do país, mesmo com maior liberdade de expressão, segue em péssimas condições econômicas. A reportagem segue: muitos tunisianos se juntaram a grupos jihadistas, a população do país está entre os que mais emigram para a Itália e 85% dos jovens estão desempregados.

Ainda sobre a construção de mártires, o *The Guardian* publicou, no início de 2021, em 15 de janeiro, uma matéria chamada “‘Preservem o nome de meu filho’: famílias de mártires da Primavera Árabe Tunisiana seguem lutando” (tradução nossa). A questão aqui não deixa de comunicar sobre a narrativa a respeito de Bouazizi, em especial no que diz respeito ao que e a quem deve ser lembrado. Segundo o jornal, o governo tunisiano prometeu uma lista final com todos os mortos e feridos da Revolução, a ser entregue mais de dez anos após os ocorridos. As famílias rejeitaram a proposta de publicação, sugerida para o dia 20 de março, pois insistiam que a data deveria coincidir com o aniversário da Revolução, que completou uma década em dezembro de 2020. Esses nomes, segundo as pessoas entrevistadas, precisam ser fixados na memória coletiva, como parte do processo de justiça devido pelo país a essas famílias. Nota-se, então, que há mudanças na relação com mártires, com aqueles que, de alguma forma, se sacrificaram na revolução, considerando as diferenças entre Bouazizi e os demais.

4 Economia, política e sociedade

Tendo em vista as análises feitas sobre as narrativas presentes na mídia, assim como as representações da figura do mártir, é preciso considerar tanto o papel dos meios de comunicação na ampliação da escala dos eventos quanto suas limitações. Como colocado por Reginaldo Nasser,

as redes sociais tornam as mobilizações populares mais eficazes, mas dependendo da correlação de forças também podem torná-las menos prováveis. Portanto, não importa o quão influentes os novos meios de comunicação têm sido, eles nunca serão uma força eficiente para promover rupturas na ordem sem a existência de uma situação revolucionária propícia [...] (NASSER, 2011, p. 146).

Afinal, o sucesso de uma revolução depende de um conjunto de fatores. A situação política e socioeconômica, como desenvolve o autor, também é fundamental para a compreensão. Segundo este, não basta a indignação das camadas populares, mas uma combinação de condições que deve levá-la à máxima escala. As ações do governo precisam ser percebidas como injustas ou uma ameaça ao país, e este não deve ser bem-sucedido em articular atores dispostos a defendê-lo, seja no âmbito doméstico ou internacional.

No caso da Tunísia, a partir das matérias jornalísticas aqui abordadas, seria possível dizer que, ao despontar da revolução, havia uma confluência entre diferentes partes da população. Se as camadas mais populares reclamavam melhores condições de vida — em relação especificamente à oferta de trabalho e aos custos de sobrevivência —, havia também uma demanda por direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão ou o direito ao voto. Também se destaca que o apoio internacional foi, em grande parte, direcionado aos rebeldes, ainda que o suporte a Ben Ali, especialmente o francês, tenha se mantido até o início dos protestos, quando não era mais sustentável. Ou seja, seria malvisto na esfera internacional o apoio a um governo autoritário contra esforços democráticos, já que a democracia é propagada como característica essencial do Ocidente.

Certamente, essa não é a primeira vez que a questão de uma democracia árabe entra em pauta. Há quem diga que a democracia não é compatível com a cultura árabe, partindo da visão Ocidental sobre o que é democrático e o que é árabe. Muitas análises atribuem as causas dos autoritarismos árabes a questões culturais ou religiosas, tal como colocado por Larry Diamond (2012):

A suposição mais comum sobre a ausência de uma democracia árabe é que isso está relacionado à religião ou à cultura. Afinal, o único aspecto que os países árabes compartilham é o fato de serem árabes. Eles falam a mesma língua (ou pelo menos compartilham a língua franca do árabe clássico), e acredita-se que existam crenças culturais, estruturas e práticas mais ou menos comuns a todos os países da região (DIAMOND, 2012, p. 18, **negrito nosso**, *itálicos originais*).

Com o objetivo de desmistificar a relação entre o autoritarismo e a religião islâmica, o autor faz uma comparação entre países muçulmanos, árabes ou não – pois um não implica o outro –, em diferentes regiões. Foram identificados, em países de maioria muçulmana não árabe, significativas concessões de direitos políticos que contradizem a ideia de que o autoritarismo é inerente ao islã. O autoritarismo que predominou na Tunísia até 2011 não se justifica pela religião. Tampouco pode-se dizer que outros aspectos supostamente comuns entre os países árabes teriam essa motivação, dado que a Líbia já passou por um período democrático e atualmente a Tunísia é uma democracia (FREEDOM HOUSE, 2019). Além disso, estes fatores também não interferem no crescimento econômico dos países, fazendo com que sejam

autoritários. Muitos Estados árabes têm níveis de desenvolvimento humano e rendas per capita equivalentes à de países democráticos: Bahrein possui a renda *per capita* próxima à da França, assim como a da Arábia Saudita se assemelha à da Coreia do Sul. De fato, a distribuição de renda é extremamente desigual nos países árabes. Mesmo assim, levando-se em conta a economia, educação e saúde — os quais compõem o citado nível de desenvolvimento humano —, “os países produtores de petróleo mais ricos estão no mínimo nos mesmos níveis de Portugal e Hungria, enquanto a Arábia Saudita se equipara à Bulgária e ao Panamá” (DIAMOND, 2012, p. 24).

Desta forma, o ponto não reside em o quê, mas em como, segundo Diamond.

Dos 16 países árabes, 11 são Estados “rentistas” no sentido de dependerem fortemente da renda do petróleo e do gás (basicamente, ganhos espontâneos) para se sustentar. Esses 11 Estados obtêm do petróleo e do gás mais de 70% (em alguns casos, mais de 90%) de suas receitas de exportação. A maioria tem tanto dinheiro que não precisa tributar seus próprios cidadãos (DIAMOND, 2012, p. 24).

A renda, como um ganho vindo do exterior, é vista, dentro do Estado, como “dinheiro de ninguém” (DIAMOND, 2012, p. 25). Isto, junto com a ausência da cobrança de impostos, é, para o autor, parte do problema: “eles não conseguem desenvolver nem expectativas internas de prestação de contas, nem de responsividade e responsabilização dos governantes (accountability) que surgem quando os Estados cobram impostos dos cidadãos” (DIAMOND, 2012, p. 24). Tais fatos abrem brecha para o direcionamento desse dinheiro a setores que não necessariamente visam o bem-estar de sua população, como a corrupção e o aparelhamento da força estatal, o que gera um Estado grande, centralizado e repressivo, e põe a população civil em uma posição de fragilidade e cooptação.

Contudo, como colocado por Reginaldo Nasser (2011), é “fundamental não se restringir à perspectiva puramente econômica, mas analisar esses governos a partir da sociologia do poder, que permite identificar quem são os atores determinantes na disputa pelo poder, seus objetivos e como são utilizados os recursos ao seu alcance” (NASSER, 2011, p. 147).

De fato, no caso da Tunísia, há um componente sociopolítico que é fundamental para a formulação identitária e causador do impacto gerado pela Revolução de Jasmim. O pequeno país localizado no norte da África faz parte tanto do Mediterrâneo quanto do Oriente Médio; todavia, devido à sua inserção ainda durante a Idade Média no Império Turco-Otomano, torna-se mais ligado histórica, política e etnicamente ao Oriente Médio (SCHIOCCHE, 2011, p. 46). Por causa destas continuidades socioculturais entre o Norte da África e o Oriente Médio, as revoltas iniciadas na Tunísia encontram solo fértil na região. Neste artigo, a

Tunísia é referida como país do Oriente e, portanto, as concepções Orientalistas também se aplicam a ela e podem ser usadas para explicar a lógica de dominação.

Ao tratar da questão da violência nas colônias, Mbembe (2018) exprime a distinção existente entre o imaginário legal na Europa e o presente nas colônias, configurando estas últimas como um estado de exceção; ou seja, “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos — a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (p. 133).

Neste caso, a soberania, definida como o direito de matar, não é regulamentada por normas, e o colonizador faz a negação racial de seu vínculo com o colonizado, provocando o distanciamento e desumanização deste último ao ponto em que “quando os Europeus massacram, de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato” (ibidem, p. 133). Então, o terror colonial se entrelaça intrinsecamente com fantasias de morte e ficções sobre os “selvagens”, as quais justificam e legitimam a dominação das potências Ocidentais sobre os povos árabes.

É possível abordar a formulação de tais estereótipos como parte do Orientalismo, apresentado por Edward Said (2018), “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (p. 29). Logo, concepções místicas, fantasiosas e generalizações do Oriente a partir de uma perspectiva delimitadamente Ocidental são usadas para justificar a manutenção da influência, dominação e predominância do segundo sobre o primeiro.

Seria incorreto acreditar que o Oriente foi criado – ou, como digo, “orientalizado” – e acreditar que tais coisas acontecem simplesmente como uma necessidade da imaginação. A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa (ibidem, p. 32).

Portanto, a idealização do Oriente violento, fundamentalista, antidemocrático, ou até mesmo a figura do homem-bomba presente no imagético popular Ocidental, é visto a partir de uma preconceção que o coloca como primitivo, sempre inferior ao Ocidente. À vista disso, o Oriente é tratado como sempre “passível de ajuda”, o que garante legitimidade à interferência das potências, as quais buscam sempre levar o Oriente à evolução ou defender-se de sua violência, já que seus valores e modos são incompatíveis com os Ocidentais.

A máscara deste discurso esconde uma perpetuação da violência neocolonial/imperialista sob novas formas de influência. Na lógica introduzida por Mbembe (2018) da “soberania como o direito de matar”, a violência que se propaga contra os cidadãos árabes se deve à percepção destes como o inimigo, em uma ficção que justifica a eliminação do outro como uma ameaça à própria segurança.

No caso da Tunísia, Bouazizi teria ateado fogo ao próprio corpo em um ato de indignação causado a partir da violência policial no confisco de sua mercadoria e na falha da burocracia estatal em oferecer uma solução que suprisse suas demandas de sobrevivência, em especial referente às mercadorias das quais tirava seu sustento. Assim, sua ação é simbólica na medida em que se pode entender como um posicionamento contra um governo percebido como corrupto, violento, que utiliza de suas estruturas não para o melhor interesse da população, mas para benefício próprio. A população tunisiana não apenas teria tido empatia com a situação, como se visto em um lugar muito similar. Isto é, Bouazizi não seria a exceção, mas a regra de uma população sob a violência de um Estado pós-colonial, que atua em convivência com os interesses das potências Ocidentais.

Tal fato é visível no posicionamento da França quando a Revolução de Jasmim estourou na Tunísia, seu antigo protetorado. Segundo Deisy Ventura, “quando houve o movimento na Tunísia, a primeira declaração da França foi oferecer cooperação policial para o governo ditatorial” (LINHARES, 2019). Esta colocação simboliza a continuidade dos interesses franceses no então governo repressivo tunisiano. Ressalta-se a ampla difusão de liberdade, igualdade, e fraternidade como valores da nação francesa; entretanto, estes são renegados a segundo plano quando se trata da opressão de um povo que beneficia o antigo Estado colonial francês.

5 Rupturas e continuidades

A Primavera Árabe se constitui como um movimento de rupturas e continuidades, dialogando diretamente com um passado colonial e a presença de um imagético Orientalista. Deve-se ter o cuidado, como ressalta Leonardo Schiocchet, de não adotar uma perspectiva linear evolucionista, na qual a Primavera Árabe é tida como um movimento que levaria o Oriente “primitivo” à modernidade. De fato, o autor defende que o Oriente deve ser pensado como tão moderno quanto o Ocidente, pois passou, de uma forma ou de outra, pelos mesmos processos que em geral definem a modernidade: a construção das identidades sociais a partir de um território, as revoltas por autonomia e autodeterminação, e a participação na Guerra Fria (SCHIOCCHET, 2011) em um contexto de oposição à lógica imperialista.

Por conseguinte, ruptura não significa o avanço para um próximo nível, mas a quebra da hegemonia de uma lógica em que a sociedade tunisiana antes operava. Do mesmo modo, a continuidade é a prevalência de uma racionalidade, um sentimento que embasa a coerência de ação, ao invés de um novo pensamento que surge como fundamento. Logo, tanto Franz Fanon (1999), quanto Schiocchet (2011) partem de uma perspectiva histórica para justificar,

com enfoques diferentes, rupturas e continuidades presentes de forma sincrônica nas narrativas.

Os outros países envolvidos diretamente no movimento — Egito, Líbia, Síria, Iêmen e Bahrein — partilham de um passado colonial, ainda que mais ou menos extenso que o da Tunísia, e foram, ao menos em parte, ocupados durante a primeira metade do século XX, fosse pela Grã-Bretanha, pela Itália ou pela França. Suas independências se deram entre 1922 (Egito) e 1971 (Bahrein) em um contexto de conflito com as potências Ocidentais, as quais buscavam formas de manter sua influência na região, ainda que sob novas formas que não a administração colonial. As ditaduras que predominavam até a Primavera Árabe são uma forma de manter a autoridade e relevância, pois muitos dos governos eram marionetes das potências Ocidentais, destinados a atender os objetivos geopolíticos destas, perdendo, portanto, legitimidade com as suas respectivas populações.

Consequentemente, a Primavera Árabe constitui-se, em alguma medida, como uma tentativa de ruptura do sistema neocolonial vigente, tanto do Ocidente sobre o Mundo Árabe quanto dos Estados sobre sua população. Tal fato somente ocorreria a partir da interrupção da sistemática violenta desses Estados pós-coloniais; os quais, apesar de independentes, não realizaram a quebra das estruturas coloniais em que ainda se baseiam as relações entre cidadãos e suas instituições. “O colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência de um Estado bruto que só pode se inclinar diante de uma violência maior” (FANON, 1999, p. 46). Nas palavras de Fanon, então, entende-se a continuidade existente entre os diferentes modelos de repressão da região, e que apenas a violência de uma revolução poderia ocasionar o fim do ciclo. Como bem resume Jota Mombaça (2019):

Fanon afirma que a descolonização é um projeto de desordem total, uma vez que tem como horizonte radical a destruição de todos os regimes, estruturas e efeitos políticos instaurados pela colonização. Não se trata de encontrar um consenso, ajustar o mundo e conformar a diferença colonial num arranjo pacífico. A situação colonial não permite conciliação, porque é sempre já assimétrica; ela se funda na violência do colonizador contra as gentes colonizadas, e se sustenta no estabelecimento e manutenção de uma hierarquia fundamental perante a qual a colonizada pode apenas existir aquém do colonizador. Não há negociação ou reforma possível, portanto. A luta da descolonização é sempre uma luta pela abolição do ponto de vista do colonizador e, consequentemente, é uma luta pelo fim do mundo – o fim de um mundo. Fim do mundo como o conhecemos (MOMBAÇA, 2019, p. 15, grifo nosso).

Há uma década do início da revolução árabe, vários dos países encontraram-se em intensa instabilidade política, tendo passado por intervenções estrangeiras, e culminando em uma guerra civil, no caso sírio. Se, ao lado disso, a derrubada do governo ditatorial e a conquista da

liberdade de expressão parecem, em alguma medida, conquistas da sociedade civil tunisiana, este comentário visa a questionar se a Primavera Árabe realmente representa uma ruptura com as estruturas coloniais vigentes no país, tomando como base as referidas reflexões de Fanon (1999). Se levarmos em consideração as mencionadas matérias do *The Guardian*, fica claro que há a permanência de extrema vulnerabilidade socioeconômica no interior do país, como atestado nos diversos relatos das condições de vida. A Primavera Árabe é permeada por contradições, avanços e retrocessos.

Por conseguinte, a deposição do governo de Ben Ali, ditatorial, pelo povo da Tunísia configura-se como uma ruptura com esta lógica pós-colonial na medida em que, quando a população foi às ruas, se recusou a aceitar que qualquer membro do antigo governo integrasse qualquer nova coalizão. Dessa forma, a democracia conquistou suas primeiras etapas pelo direito ao voto e à liberdade de expressão. Todavia, a profundidade deste rompimento é questionável, na medida em que a corrupção ainda impera no Estado, assim como a violência policial perdura e a economia não teve o desenvolvimento esperado. Assim, sucede-se na transição da forma que a violência contra o colonizado — no caso, a população oprimida dos Estados pós-coloniais — se manifesta, pois “entre a violência colonial e a violência pacífica em que mergulha o mundo contemporâneo há uma certa correspondência cúmplice, uma homogeneidade” (FANON, 1999, p. 62). Se a independência trouxe uma certa ruptura das formas de submissão, ela também apresentou continuidades em relação às estruturas sociais que mantêm o colonizado em seu lugar, na dicotomia colono versus colonizado.

Além disso, Schiocchet destaca que a Primavera Árabe não representa um novo ímpeto democrático, mas é o capítulo mais recente de história marcada pelo desejo de autodeterminação. Ou seja, a tentativa de ruptura com a lógica neocolonial e o imperialismo das potências Ocidentais não é recente, mas apenas se reafirma no contexto inicial do século XXI como uma luta pela democracia.

Assim, esse admirável mundo novo não é tão novo assim. Os acontecimentos de meados de 2011 podem ainda ser chamados de Primavera Árabe desde que por conceito entenda-se o ganho de momentum de sentimentos, desejos, objetivos políticos, e outras forças que já estavam em movimento desde antes do início da Revolução de Jasmim na Tunísia (SCHIOCCHET, 2011, p. 74).

Do mesmo modo, Nasser (2011) destaca que as reformas democráticas, tanto econômicas quanto em direitos, são duas faces de um mesmo problema e, ao contrário do que se imagina, desejadas pelo mundo árabe, ainda que não nos moldes e valores tipicamente Ocidentais.

O que os apologistas da exportação de democracia sempre desconsideram é que os árabes e os muçulmanos nunca rejeitaram as reformas democráticas. Pelo contrário, sempre houve movimentos contra o despotismo, a corrupção e os

abusos praticados por aqueles que estão no poder. Mas a rua árabe demandava reformas que pudessem corresponder aos seus valores (NASSER, 2011, p. 165).

É ingênuo achar que a Primavera Árabe trará acomodação para as diversas forças que se encontram em disputa no Oriente Médio, mas é importante compreender que esta representa a perseverança de um desejo de autodeterminação, o qual sobrevive, ainda que sob a repressão e censura dos regimes ditatoriais da região. A força do movimento sucede em romper com alguns elementos da lógica colonial, em especial com a conquista de direitos civis e políticos, manifestados pela maior liberdade de expressão, pelo direito ao voto, e pelos avanços nos direitos das mulheres. A nomeação de Najla Bouden como primeira-ministra é um exemplo disso, ainda que seja necessário reconhecer que certos problemas permanecem. As mulheres também foram uma das vozes nos movimentos revolucionários, e, ainda que tenham avanços, destaca-se o aumento da sua vulnerabilidade, agravada durante a pandemia de COVID-19.

Deste modo, a Primavera Árabe é marcada por contradições, avanços e retrocessos, rupturas e continuidades. Entre as diversas narrativas abordadas a partir do material selecionado, é possível identificar diferentes propósitos e demandas que permeiam as diferentes regiões do país. Nem todas foram atendidas nesses dez anos do processo pós-revolucionário, notando-se que parecem ter sido poucas as mudanças socioeconômicas para as camadas mais populares, inclusive o que culmina hoje em uma visão negativa de Bouazizi. Ainda, ressalta-se que o teor da relação com as potências Ocidentais, inclusive a ex-metrópole França, parece ter mantido o seu caráter imperialista, tanto do ponto de vista econômico, no poder de fazer ou não investimentos, quanto no incentivo a um modelo específico de democracia.

Referências

AGENCE France-Presse in Tunis. Tunisia: President appoints new government 11 weeks after power grab. *The Guardian*. Tunis, 11 oct. 2021.

ASSOCIATED Press. Tunisia's election winners form interim government after uprising. *The Guardian*. 22 nov. 2011;

BRAHEM, Sami. Let Tunisia build a democracy, free from French Interference. *The Guardian*, 17 fev. 2013;

BOBIN, Frédéric. A Tunis, une explosion ravive la mémoire sensorielle de la révolution de 2011. *Le Monde*, Tunis, 21 jan. 2019.

CHRISAFIS, Angelique. Zine al-Abidine Ben Ali forced to flee Tunisia as protesters claim victory. *The Guardian*, 15 jan. 2011;

CHRISAFIS, Angelique. Tunisia's most influential bloggers prepare for historic elections. *The Guardian*. Tunis, 22 oct. 2011;

CHULOV, Martin. CORDALL, Simon S. Tunisia in turmoil as president purges officials and seizes judicial power. *The Guardian*, Tunis, 28 jul 2021;

CORDALL, Simon S. Preserve my son 's name: families of Tunisia's Arab spring martyrs fight on. *The Guardian*. Tunis, 15 jan. 2021;

DAVIES, Lizzy. Najla Bouden: what next for Tunisia's first female PM?. *The Guardian*, 06 out. 2021;

DAY, Elizabeth. The slap that sparked a revolution. *The Guardian*, 15 mai. 2011;

DIAMOND, Larry. Por que não há democracias árabes?. *Journal of democracy* (em português), v. 1, n. 2. Plataforma Democrática, out. 2012, pp. 17-35;

FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999;

FREEDOM HOUSE. Tunísia. *Freedom House*, 2019;

LINHARES, Carolina. ONU responde de modo diferente para os países da Primavera Árabe, jan. 2012;

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018;

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma distribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!. *Cadernos de imaginação política*, 2019;

NASSER, Reginaldo. Turbulências no Mundo Árabe: rumo a uma nova ordem?. *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, n. 2, ago. 2011, pp. 141-170;

REUTERS. Tunisia's President to ignore parts of the constitution and rule by decree. *The Guardian*, 22 set. 2021.

SAFI, Michael. He ruined us: 10 years on, Tunisians cursed man who sparked Arab spring. *The Guardian*. Sid Bouzid, 16 dez. 2020.

SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2018;

SCHIOCCHET, Leonardo. Extremo Oriente Médio, admirável mundo novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, n. 2, ago. 2011;

SILVA, Tarcisio Torres. Imagens da Primavera Árabe: estética, política e mídias digitais. *Galaxia*, São Paulo, online, n. 23, jun. 2012, pp. 35-47.

Como citar

SPINA, Larissa Docal. A Revolução de Jasmim entre rupturas e continuidades. *Primeiros Estudos – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, 2024;
DOI 10.11606/issn.2237-2423.v11i1pe00112002

The Jasmine Revolution between ruptures and continuities**Abstract**

This paper aims at reflecting on processes of rupture and continuity considering the Jasmine Revolution – the Tunisian movements of the Arab Spring between 2010 and 2011. We analyzed the relationship between Mohamed Bouazizi's self-immolation after conflicts with the Tunisian guard and his image, followed by a section of narratives presented by the British newspaper The Guardian. We regard this episode's representations and its effects on the Western media, while taking into account the East/West relations. Finally, a deeper investigation of the socio-political context was carried out in order to think about the colonial context, the colonizer and colonized identity constructions and the limits they place on changes. The studies carried out here point to ruptures in the symbolic sphere, such as the change of the political regime, and continuities in the economic field, given Tunisia's dependence on foreign investments and the continuity of poverty and unemployment of the Tunisian population.

Keywords: colonial relations; journalistic discourse; Tunisia; Arab Spring; Jasmine Revolution

La Revolución de Jazmín entre rupturas y continuidades**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre procesos de ruptura y continuidad partiendo de la Revolución de Jazmín – las movilizaciones tunecinas de la Primavera Árabe entre 2010 y 2011. Hicimos un análisis de la relación entre la autoinmolación de Mohamed Bouazizi tras conflictos con la guardia tunecina y su imagen, seguida de una sección de narrativas presentadas por el periódico británico The Guardian. Pensamos en las representaciones del episodio y de sus efectos en los medios de comunicación occidentales, en vista de las relaciones Oriente/Occidente. Se llevó a cabo una investigación más profunda del contexto sociopolítico, pensando en el contexto colonial, la construcción de las identidades del colonizador y del colonizado y los límites que ponen a los cambios. Los estudios aquí realizados apuntan a rupturas en la esfera simbólica, como el cambio del régimen político, y continuidades en el campo económico, dada la dependencia de Túnez de inversiones extranjeras y la continuidad de la pobreza y desempleo de la población tunecina.

Palabras clave: relaciones coloniales; discurso periodístico; Túnez; Primavera Árabe; Revolución de Jazmín.